

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2 DE Janeiro DE 2007**-----

-----Aos dois dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da ordem do dia, usou da palavra a Senhora Vereadora Manuela Cunha, que justificou a sua ausência na reunião de dezoito de Dezembro passado, por motivos de saúde de familiar.-----

-----A mesma Autarca perguntou se se confirma a saída da Dr^a Elisa, se sim lamenta a sua saída, vou ter saudades porque se mostrou uma boa profissional, uma pessoa educada e simpática no exercício das suas funções.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que é uma grande falta de bom senso referir-se a um assunto com o qual não tem nada que ver.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que isso é uma questão meramente interna.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou em que situação se encontram os concursos de Veterinário Municipal e Chefe de Secção, relativamente a este último concurso gostaria de saber em que serviço vão ser colocados os funcionários para o

desempenho das citadas funções.-----

-----Perguntou ainda quais as condições em que se encontra um tanque, que parece ser de tratamento de esgotos, e que desagua numa ribeira, que se situa por detrás do circuito de manutenção, onde irá ser construído um loteamento. Relativamente a este loteamento a mesma Autarca pretende saber onde passa a circular urbana.-----

----- A Senhora Vereadora refere que os Bombeiros de Almeirim têm uma escada elevatória que apenas chega ao segundo andar, sugerindo o apoio da Câmara para que esta Associação adquira uma escada que contemple o número de pisos construídos no nosso Concelho.-----

----- A Senhora Vereadora refere ainda que o recreio da Escola P três não está devidamente iluminado para os alunos que frequentam a Escola no período da tarde, dado que anoitece muito cedo.-----

----- A mesma Autarca solicitou que fossem colocados nos Gabinetes dos Vereadores da oposição os documentos e propostas de revisão do PDM.-----

-----O Senhor Presidente apresentou os esclarecimentos necessários às questões apresentadas pela Senhora Vereadora Manuela Cunha. Relativamente ao loteamento a construir por trás do circuito de manutenção esteve presente na sala o Senhor Arquitecto António Forte, que não esclareceu a Senhora Vereadora, porque a área do saneamento não lhe diz respeito e por isso a pergunta mantém-se. Relativamente à circular urbana a mesma vai ficar confinante ao loteamento previsto para a zona.--

-----ACTAS - Relativamente à acta de treze de Dezembro de dois mil e seis, na página dez, na deliberação subsídio à União Futebol Clube de Almeirim a Senhora Vereadora Manuel Cunha diz faltar na sua declaração de voto a seguinte alínea: "voto favoravelmente visto o fim a que se destina estar expresso na proposta que nos foi entregue para a referida reunião" Na página doze na deliberação Aprendizagem da Língua Inglesa, solicita que conste: " A Câmara tem que arranjar forma para resolver o compromisso que assumiu", solicita ainda que na página cinco da

referida acta, conste :” gostaria que me fosse entregue parecer do jurista da autarquia sobre a legalidade dos membros de administração do conselho da ALDESC, poderem votar questões relativas às deliberações da empresa uma vez que são também membros da autarquia.” Esta questão põe-se porque no que respeita ao Plano e Orçamento da Empresa Municipal, o mesmo não passaria se dois dos elementos da autarquia não votassem, por pertencerem também ao Conselho de Administração da ALDESC.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente desejou a todos os seus pares um Feliz Ano Novo, o qual foi agradecido e retribuído.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que foi aprovado o novo regime das autarquias locais e publicado nos últimos dias do ano. Segundo esta lei a ALDESC, terá que ser reestruturada.-----

-----FUNDO DE MANEIO - Foi presente a informação do Chefe de Repartição da Contabilidade propondo uma constituição para o fundo de maneio para o ano de dois mil e sete, no valor de quinhentos euros mensais. Este fundo é constituído nos termos do número um do artigo setenta e seis, da Norma de Controlo Interno em vigor nesta Câmara Municipal e se destina a despesas urgentes e inadiáveis. O executivo deliberou designar o Chefe de Repartição de Contabilidade, Senhor Gilberto Xavier, como responsável pelo respectivo fundo.-----

----- FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - Foi presente a acta do Júri de Concurso Público para Fornecimento de Refeições Confeccionadas para Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Almeirim, onde são analisadas as reclamações apresentadas pelos concorrentes, SOLNUTRI e ICA.-----

-----O Júri “ confirma que existe um erro material no Projecto de decisão onde menciona a exclusão dos concorrentes SOLNUTRI e

ICA. O texto constante deste Projecto de Decisão não reflecte, portanto, a exposição do Júri e só se compreende por uma possível truncagem do texto. Na verdade apesar do Relatório da Avaliação da Capacidade Financeira propor essa exclusão, sempre entendeu o Júri manter as propostas dos concorrentes e analisá-las considerando ser o mais correcto uma vez que no Processo de Concurso não haviam sido mencionados os indicadores que poderiam levar a essa exclusão. Relativamente aos valores do critério "preço", assume também o Júri existir em erro material na dactilografia desses valores. Corrigidos os valores mantém-se a ponderação final e respectiva ordenação. Pelo exposto, aceita o júri os argumentos apresentados nas reclamações e feitas as correcções materiais não se altera a classificação final, pelo que o júri mantém a intenção de adjudicação à empresa Uniself, pelo valor de um euro e vinte e oito cêntimos por refeição".-----

----- Face à exposição apresentada pelo júri do concurso a Câmara deliberou por maioria concordar com a mesma e manter a intenção de adjudicação à empresa Uniself, pelo valor acima apresentado, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha-----

-----VOTO DE LOUVOR - O Senhor Vice - Presidente, Pedro Ribeiro apresentou uma proposta do grupo do Partido Socialista, propondo a atribuição de um voto de louvor ao ciclista fazendense, André Ferreira por se ter sagrado campeão regional e nacional de júniores e ser considerado o ciclista do ano.-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade atribuir um voto de louvor ao atleta.-----

----- SUBSÍDIO - Foi presente o ofício dos alunos de Apolo, solicitando a atribuição de um subsídio para fazer face às despesas com a realização do campeonato ranking de dança desportiva que terá lugar no pavilhão, no próximo dia três de Fevereiro.-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade conceder o subsídio de setecentos e cinquenta euros, para apoio nas despesas.-----

----- ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - Foi presente o ofício de Futurschool - Informática e Línguas, Ld^a, solicitando uma tomada de posição relativamente às questões que a seguir se transcrevem na íntegra:" Em carta assinada por V. Ex^a referente à posição tomada em reunião de Câmara de dezasseis de Outubro de dois mil e seis, fomos notificados da intenção de nos adjudicar o projecto de ensino da língua inglesa, no âmbito do programa de actividades de enriquecimento curricular, para o ano lectivo dois mil e seis barra dois mil e sete nas escolas do ensino básico do concelho de Almeirim.-----

----- Na sequência desta comunicação, foram encetados e desenvolvidos contactos de modo a se proceder à operacionalização do programa acima referido, para que tudo estivesse pronto nada data indicada por essa Câmara Municipal, como sendo a data de início do projecto.-----

----- Neste contexto, houve uma equipa empenhada na selecção de manuais, planeamento do ano lectivo, contratação de professores, etc.-----

-----De entre as diversas tarefas com docentes ao desenvolvimento e implantação do programa assumiu particular importância a contratação de professores para o ensino do inglês, sem a qual o início do ano lectivo não seria possível na primeira data indicada por V. Ex^a.-----

Contactados os serviços e diversos responsáveis da Câmara Municipal de Almeirim foi decidido por ambas as partes, e comumente aceite, a necessidade de vincular os professores à Futurschool - Informática e Línguas, Ld^a - Informática e Línguas Ld^a mediante horários e datas de início de actividade fornecidas pela Câmara Municipal de Almeirim.-----

----- Consequentemente e porque pretendeu honrar os compromissos com a Câmara Municipal de Almeirim, a Futurschool - Informática e Línguas, Ld^a, contratou onze professores de inglês que tem remunerados desde o dois um de Novembro de dois mil e seis, e que estão prontos para dar início ao programa de actividades de enriquecimento curricular a qualquer momento.-----

----- Tal vinculação assumiu uma importância vital face aos

sucessivos adiamentos do início da actividade e ao forte assédio por parte de empresas concorrentes em concelhos limítrofes aos professores de inglês.-----

----- A vinculação e remuneração de professores, acabou por ser a única forma de assegurar que estes estariam vinculados à Futurschool - Informática e Línguas, Lda e prontos para iniciar as aulas de inglês a todo o momento, dado a sucessiva alteração de datas que tem vindo a ocorrer.-----

----- Aliás, em contacto com responsáveis dessa Câmara Municipal, foi garantido à direcção da Futurschool - Informática e Línguas, Lda, que apesar do atraso no início das actividades, a Câmara de responsabilizaria pelo pagamento aos professores desde o início, através da transferência das respectivas tranches.-----

----- No entanto, a remuneração dos professores foi realizada com verbas da nossa empresa, o que se tem traduzido num avultado encargo financeiro para a Futurschool - Informática e Línguas, Lda.-----

----- Este encargo não se encontrava previsto nem orçamentado pois conforme proposta apresentada e aprovada pelo Câmara Municipal de Almeirim, esta entidade efectuará o pagamento do montante acordado em novas tranches mensais, o que não tem vindo a acontecer como consequência da indefinição e dos sucessivos adiamentos do início das actividades aos quais a Futurschool - Informática e Línguas, Lda é obviamente alheia.-----

----- Face ao exposto, e porque estamos neste momento a suportar em encargo financeiro que se traduz num óbvio prejuízo para a Futurschool - Informática e Línguas, Lda, na medida em que tivemos de alterar prioridades de investimento, solicitamos a compreensão de V. Exª no sentido de que seja rapidamente desbloqueada a verba para o pagamento das duas primeiras tranches, das nove tranches acordadas, e que corresponderiam a pagamentos a efectuar em Novembro e Dezembro de dois mil e seis, montante esse que já foi adiantado pela Futurschool - Informática e Línguas, Lda.-----

----- Queremos ainda chamar a atenção de V. Exª para o facto de

termos prestado a garantia prevista, num montante de três mil seiscentos e cinquenta euros, uma vez que já recebemos a adjudicação final datada do dia quatro de Dezembro de dois mil e seis.-----

----- Não obstante, ainda não de procedeu à elaboração e assinatura do correspondente contrato de prestação de serviços, o que sob o nosso ponto de vista seria de efectuar com a maior brevidade possível.-----

----- Assim, vimos por este meio solicitar a intervenção de V. Ex^a e uma tomada de posição em relação a estes factos, uma vez que a Futurschool - Informática e Línguas, Ld^a está a ter graves incómodos e prejuízos, com os quais não contava, em virtude de um atraso no início do projecto, pela qual não pode ser responsabilizada nem sacrificada."-----

----- Foi solicitado à Sociedade de Advogados Montalvo, a elaboração de um parecer sobre o assunto acima apresentado, o qual se vai transcrever na totalidade:" Contratação de professores de inglês. Responsabilidade civil pré-contratual. Consulta. A Câmara Municipal de Almeirim, solicita o nosso parecer jurídico acerca de duas exposições apresentadas pela empresa Futurschool - Informática e Línguas, Ld^a - Informática e Línguas Ld^a, em que se solicita ao Município o pagamento de encargos assumidos pela empresa com a contratação de professores de inglês no âmbito do programa de actividades de enriquecimento curricular.-----

----- Alega a empresa de que foi notificada da intenção de lhe ser adjudicado esse serviço para o ano lectivo de dois mil e seis barra dois mil e sete e que em contactos subsequentes com o Senhor Vice Presidente da Câmara lhe foram fornecidos os horários em que seria ministrado o ensino de inglês, devendo as actividades ter início a partir de seis de Novembro de dois mil e seis.-----

----- Parecer - Um - Os factos acima referidos inscrevem-se num procedimento concursal que teve por objecto a selecção duma empresa para ministrar aulas de inglês aos agrupamentos de escolas do Município de Almeirim. Foi nesse quadro que a Câmara

Municipal comunicou à empresa Futurschool - Informática e Línguas, Lda a intenção de lhe adjudicar esse serviço.-----

----- É claro que essa comunicação não correspondeu à própria adjudicação, a qual só poderia ser feita depois de decorrido o período de audiência prévia dos outros concorrentes.-----

----- Dois - É certo que a empresa reclamante devia saber que essa intenção de adjudicação não passava disso mesmo - de uma intenção, e que, por isso, devia ter aguardado pela adjudicação para contratar os professores necessários.-----

----- Três - No entanto, entre a comunicação da intenção de adjudicar e o momento da adjudicação interpôs-se um facto a que a empresa é alheia. Esse facto - tomando como verídica a versão da empresa - foi a comunicação pelo Senhor Vice Presidente de que as aulas começariam dia seis de Novembro de dois mil e seis. Mais: segundo diz a empresa, foram-lhe fornecidos os horários de que as aulas deveriam ser ministradas, o que reforçou a sua convicção quanto a definitividade da prestação em causa.-----

----- Quatro - Nas suas exposições, a empresa justifica, duma forma que parece aceitável, a urgência em contratar os professores, urgência essa que decorreria da necessidade de garantir que a disseminação do ensino de inglês em todo o país, e também nos Municípios vizinhos, não conduzissem ao esgotamento da oferta de docentes disponíveis para o efeito.-----

----- Cinco - Assim, uma vez informada pelo Senhor Vice presidente da Câmara Municipal de que as aulas deveriam começar no dia e segundo os horários indicados, a empresa aceitou como boa e legítima essa informação e decidiu contratar os professores necessários para poder presta o serviço.-----

----- Seis - Poder-se-à considerar que esse comportamento da empresa foi abusivo e precipitado? Julgamos que não.-----

-----Com efeito, a comunicação recebida pela empresa foi transmitida pelo Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, que é, se assim se pode dizer, o segundo membro do elenco camarário, e não por um qualquer funcionário desprovido de poderes de decisão. Para além disso, essa comunicação continha elementos suficientemente certos e precisos (data de início e horários das

aulas)para a levar a crer que o serviço teria que ser prestado efectivamente naqueles termos.-----

----- Sete - O que, porventura poderia estranhar-se seria que a empresa, perante aquela comunicação, não tivesse tomado as medidas que tomou e as aulas não pudessem iniciar-se, por sua culpa, no dia seis de Novembro de dois mil e seis, como lhe foi transmitido.-----

----- Oito - No domínio da responsabilidade civil pré - contratual, estabelece o número um do artigo duzentos e vinte e sete do Código Civil que 'Quem negoceie com outrém para conclusão de um contrato deve, tanto nos preliminares como na força dele, proceder segundo as regras da boa fé, sob pena de responder pelos danos que culposamente causar à outra parte'.---

----- Nove - Sobre esta matéria, decidiu o Supremo Tribunal de Justiça, por acórdão de nove de Maio de dois mil e dois(Pr.nº mil novecentos e cinquenta e um de dois mil e dois)que 'o artigo duzentos e vinte e sete do Código Civil protege o processo de formação do contrato em todas as suas fases, portanto, os danos culposamente causados tanto no período das negociações como no momento decisivo da conclusão do contrato'.-----

----- Dez - O mesmo Tribunal, em acórdão de três de Março de dois mil e quatro (Pr. nº dois mil duzentos e cinquenta e seis barra de dois mil e três), julgou que 'Na responsabilidade pré - contratual é indemnizável o dano de confiança , o faltoso é obrigado a indemnizar o interesse contratual negativo, por modo a colocar a outra parte na situação em que ela se encontraria se o negócio se não tivesse efectuado'..-----

----- Onze - À luz do enquadramento normativo da questão em análise, afigura-se-nos que assiste razão à empresa no seu pedido de uma indemnização correspondente a encargos que suportou. No entanto, a respectiva avaliação deverá ser feita de forma criteriosa, designadamente depois da empresa apresentar à Câmara Municipal os contratos celebrados com os professores."---

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício concorda inteiramente com o parecer acima apresentado.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos refere que a

Futurschool - Informática e Línguas, Ld^a, tomou inicialmente a iniciativa de contratar professores mesmo sem ter a certeza se seria a vencedora para o ensino de inglês.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha vota a favor e faz fé no parecer acima referido, e ditou a seguinte declaração de voto: "Atendendo ao parecer jurídico que nos foi entregue nesta reunião e que vem sustentar que do ponto de vista jurídico não estamos cometendo nenhuma ilegalidade, dado que a empresa estava a ser prejudicada pela Autarquia a partir da chamada do Senhor Vice Presidente, esta tinha que tomar a iniciativa para cumprir a sua parte contratual".-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos vota a favor e dita a seguinte declaração de voto:" Da análise do parecer jurídico emitido e das declarações prestadas na presente reunião de Câmara, leva-me a crer que o Município encetou contactos com a empresa vencedora do concurso, após o júri ter seleccionado a empresa FuturSchool, com o fim operacionalizar o início das aulas de inglês no dia seis de Novembro. Apesar de entender que o parecer do júri não consubstancia em si mesmo um acto administrativo, logo, não assistia à empresa concorrente qualquer expectativa legalmente tutelada, que legitimasse a prática de actos prévios à execução do objecto do concurso, isto é, a contratação de professores, verificasse que houve contactos, os quais são manifestamente justificáveis. Só se compreende a posição agora assumida pela empresa, ora adjudicatária, dados os contactos que foram mantidos (alguns deles informais) entre os representantes da empresa e o Município com o fim de iniciar as aulas o mais breve possível. Não deixo de recordar que, só pelo acto da adjudicação se constitui na esfera jurídica do concorrente um conjunto de direitos e interesses legalmente protegidos, os quais poderão implicar para entidade adjudicante responsabilidade em caso de violação. Assim, entendo que a Câmara Municipal não poderá retroagir os efeitos da adjudicação à data inicialmente prevista para o arranque das aulas. Em todo caso, e dado que por circunstâncias alheias ao Município e à empresa não se efectivou

a adjudicação que possibilitasse o início das aulas em seis de Novembro, concordo que deve ser tutelada boa fé das partes envolvidas nesta questão. Contudo, as eventuais verbas a pagar à empresa vencedora deverão vir a reunião de Câmara para se apurar quais foram os compromissos (contratos de trabalho e prestação de serviços) realmente assumidos para o início das aulas em seis de Novembro.-----

----- Por fim foi determinante para a minha posição o parecer emitido pela Sociedade de Advogados que permitiu ajuizar o meu sentido de voto.-----

----- O Senhor Presidente referiu que: " numa situação normal este assunto não mereceria o meu voto favorável, por ser um concurso a decorrer dado que só depois da adjudicação é possível assumir compromissos que obriguem a Câmara, no entanto reconheço que a defesa do bom nome da Câmara obriga-me a que concorde com o pagamento e despesas que sejam criteriosamente avaliadas tal como previsto no número onze do parecer da Sociedade de Advogados, que foi, aliás, determinante no meu sentido de voto, e queria informar o executivo sendo eu o Presidente de Administração da Aldesc, onde existe situação semelhante com os professores de educação física e música em vias de contratação. A minha posição vai ser semelhante da que acabo de assumir para a Futurschool - Informática e Línguas, Lda."-----

----- O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração de voto: " Fazendo fé no parecer distribuído hoje da Sociedade de Advogados, onde se afirma não haver qualquer ilegalidade neste pagamento, voto favoravelmente."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade efectuar o pagamento.---

----- OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO - Foi presente o processo número três de dois mil e seis, em nome de Armindo José Fidalgo Loureiro Simões, destinado a operações de loteamento urbano para constituição de quatro lotes de moradias uni familiares isoladas. É acompanhado de parecer do Senhor Arquitecto António Forte que a seguir se transcreve:" O requerente apresenta um projecto de licenciamento de uma operação de loteamento urbano,

sem obras de urbanização, com vista à urbanização de uma parcela de terreno com dois mil quinhentos e trinta e dois metros quadrados em quatro lotes, com áreas compreendidas entre os quinhentos e onze e os seiscentos e trinta e quatro metros quadrados, destinados à construção de moradias uni familiares com cento e dezoito metros quadrados de área de construção, acrescida de anexos com noventa e um vírgula cinquenta e cinco metros quadrados.-----

-----Na generalidade a operação urbanística cumpre com as disposições regulamentares constantes no PDM, em matéria de parâmetros urbanísticos, não prevendo o requerente a cedência de qualquer área destinada a zonas verdes ou equipamento público cuja área total deveria prefazer duzentos e cinquenta e dois metros quadrados.-----

----- Assim, à semelhança de situações análogas às anteriores, deixa-se à consideração do executivo municipal determinar ou não a obrigatoriedade da referida cedência, tendo em conta que o projecto contempla a implementação de faixas de estacionamento ao longo dos dois arruamentos que o servem a totalidade dos lotes com uma área de noventa ponto setenta e oito metros quadrados."-----

-----A Sr^a. Vereadora Manuela Cunha aprovou a presente operação, por considerar que a área a ceder para equipamento e espaços verdes é pequena, no entanto o loteador já assegura um espaço para estacionamento público.-----

-----A opção de substituir a cedência de terreno pelo pagamento da área a ceder foi aprovada por unanimidade tendo em conta que ficam contempladas zonas de estacionamento ao longo dos arruamentos e que a compensação do valor do terreno a ceder já é calculada em modos actualizados conforme publicação em Diário da República.-----

-----Às dezasseis horas e trinta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativa

Especialista, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Sr. Presidente.-----

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa
